



ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: ALTERAÇÃO SOCIAL E PACTO CONSERVADOR

Eduardo Joreu de Oliveira Freitas*

Everson Rodrigues de Castro*

Resumo

O planejamento com vistas ao desenvolvimento teve início no Brasil ainda na primeira metade do século XX, principalmente porque o estado passou a ser o grande indutor da economia. As decisões tomadas acerca do modelo de desenvolvimento pretendido bem como os setores a serem beneficiados partiam do centro econômico do país, ficando a periferia como coadjuvante do planejamento. A atuação dos aparelhos privados de hegemonia, dentro da sociedade civil, é crucial na elaboração do planejamento estatal no país, haja vista a disputa pela hegemonia, e, portanto a capacidade de indicar a direção a ser tomada, fundamentar o planejamento. Os exemplos mais recentes são o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançados pelo governo Lula, e já mostram-se conflitantes ao proporem a inclusão social pelo consumo de massa e a superação do modelo de exploração predatória dos recursos naturais. Este trabalho propõe-se a fazer uma breve análise sobre a alteração social na Amazônia e a relação entre Estado e sociedade civil local no planejamento estatal brasileiro no início do século XXI.

Palavras-chave: Amazônia, Sociedade Civil, Desenvolvimento Sustentável.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia; Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. E-mail: eduardo-joreu@hotmail.com

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia; Especialista em História Cultural e em Museografia e Patrimônio Cultural, ambos pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais. E-mail: epc_everson@hotmail.com



Introdução

A partir de 2003, com a posse do presidente Lula e ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, as políticas sociais, entre elas o combate à pobreza extrema, tornaram-se o carro chefe da administração petista de tal forma que é possível afirmar que tais políticas implantadas a partir de 2003 conseguiram reduzir a pobreza extrema no Brasil. O expoente maior dessas ações foi o Programa Bolsa Família, um programa de segurança alimentar para garantir o sustento mínimo para os brasileiros de baixíssima renda. O benefício, que tem um valor ínfimo e custa cerca de 0,5% do PIB do país (ANDERSON, 2011; SINGER, 2012).

Com a guinada do Estado brasileiro no sentido de priorizar as políticas sociais de forma a superar os elevados níveis de pobreza no país, esperava-se também a ampliação da participação democrática da sociedade civil, principalmente da classe trabalhadora, na construção do planejamento estatal brasileiro com vistas a interromper o altíssimo padrão de acumulação capitalista e reverter a riqueza produzida em benefício aos trabalhadores. Entretanto, apesar do discurso social, o governo Lula não rompeu com o padrão conservador macroeconômico brasileiro, cujas bases foram lançadas pelo governo do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, a saber, o regime de câmbio flutuante, as metas de inflação e a política fiscal para garantir um superávit primário com vistas a pagar, principalmente, o serviço da dívida pública. Pelo contrário, apesar da redução dos níveis de pobreza, a desigualdade não diminuiu e os níveis de lucratividade do capital cresceram, utilizando o mantra de Lula, como “nunca antes na história do Brasil.” Os crescentes níveis de lucratividade dos bancos privados e do mercado financeiro em geral, a permanente concentração fundiária e a grande especulação imobiliária nos dão uma ideia da permanência de um alto padrão de acumulação capitalista no país (ANDERSON, 2011).

O Planejamento Estatal



Durante o governo Lula, a ideologia desenvolvimentista ganhou novo impulso no Brasil. Em que pese a redução da pobreza extrema, a política desenvolvimentista praticada nesse período favoreceu muito mais a acumulação capitalista. O seu expoente de maior envergadura foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹, um conjunto de investimentos em infraestrutura da ordem inicial de R\$ 503,9 bilhões de reais, posteriormente alterado para a cifra de R\$657,4 bilhões de reais, investimentos esses a serem realizados pelos setores público e privado entre 2007 e 2010. Com os investimentos em infraestrutura, objetivava-se fomentar o crescimento do PIB e do emprego, melhorar a distribuição de renda no país e promover a inclusão social por meio do consumo de massa.

Na esteira do planejamento macroeconômico brasileiro, a Amazônia passou a ser alvo das políticas de desenvolvimento do Brasil a partir da década de 1950. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), lançado em 1953, pode ser considerado como o primeiro plano de desenvolvimento para a Amazônia efetivamente posto em prática, e após o PVEA, sucessivos planos de desenvolvimento foram elaborados para a região, a saber, a Operação Amazônia, o Plano de Integração Nacional, o Polamazônia, o Polo Noroeste, o Programa Grande Carajás e o Plano Amazônia Sustentável (PAS)².

O planejamento estatal brasileiro sempre foi alvo de inúmeros estudos sobre sua natureza, e o debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser incorporado nos sucessivos planos de desenvolvimento sempre se mostra atual. A Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), criada no pós - II Guerra Mundial para discutir os caminhos do desenvolvimento para a América Latina foi a responsável pela elaboração e propagação do discurso desenvolvimentista na região. Esse modo de pensar o desenvolvimento visto por um viés estritamente econômico tornou-se hegemônico³ no Brasil a partir da década de 1950, durante o governo JK, principalmente devido aos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que atuavam como verdadeiros intelectuais orgânicos⁴ na sociedade, dando suporte ideológico ao modelo desenvolvimentista (RABELLO, 2004).

¹ O PAC e o seu Comitê Gestor foram instituídos pelo Decreto nº 6025 de 22 de Janeiro de 2007.

² O PAS e a sua Comissão Gestora foram instituídos pelo Decreto não numerado de 30 de Maio de 2008.

³ Aqui, utiliza-se o termo “hegemonia” a partir da elaboração teórica do filósofo italiano Antonio Gramsci, para o qual a hegemonia é tratada enquanto capacidade de estabelecer a direção, ser o guia, formar alianças e liderá-las, capacidade de fornecer uma base social ao Estado.

⁴ Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos são os elaboradores e difusores da ideologia hegemônica da classe dominante. Luciano Guppi nos dá uma definição interessante sobre o tema: “...cada grupo social – afirmando uma função específica na produção econômica – forma intelectuais que se tornam técnicos da produção. Esses



Os sucessivos planos de desenvolvimento elaborados para a região amazônica até o final da década de 1980, também estavam baseados nas premissas do modelo de desenvolvimento puramente econômico como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza. Todavia, ao que parece, a sociedade civil⁵ local ou foi cooptada pelas elites burguesas do centro econômico do país, ou esteve alijada do processo de construção de tais planos. Vejamos.

SariPossari dos Santos, em sua análise sobre o PVEA mostrou que a partir da década de 1950 a classe dominante local, composta por seringalistas, articulou-se para defender os seus interesses frente a implantação e execução do PVEA. Essa articulação ficou evidente em pelo menos dois momentos: primeiro na tentativa de incorporar no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, medidas que beneficiassem a produção gomífera local; depois na disputa pela escolha do nome que deveria assumir a superintendência do PVEA, que a pedidos da bancada amazônica no Congresso Nacional, foi escolhido Artur César Ferreira Reis para ocupar o cargo. Santos deixa mais clara a cooptação das elites locais ao afirmar que os seringalistas eram favoráveis a qualquer medida que atendessem financeiramente a região, não eram contrários a instalação de unidades de produção agrícola local, mas também buscavam assegurar recursos do PVEA e destiná-los para atender a produção extrativista (SANTOS, 2014).

A Alteração Social

Enquanto se processava a alteração da matriz econômica da região amazônica da decadente economia extrativista da borracha para as atividades agrícolas e pecuárias, e principalmente a partir de 1964, com a vigência do Estado autoritário, o discurso do vazio demográfico amazônico também ganhava espaço no cenário nacional. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi a responsável pela difusão de tal visão de mundo que via a Amazônia como

intelectuais não se limitam a ser apenas os técnicos da produção, mas também emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político.” (GRUPPI, 1978, p. 80)

⁵Utilizo-me do conceito de sociedade civil elaborado pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, para o qual a constituição do Estado, visto de forma ampliada, se dá pela sociedade política, representada pelo aparato repressivo militar-policial e burocrático que possui o monopólio legítimo da força, e a sociedade civil, um conjunto de organizações, também chamadas de aparelhos privados de hegemonia, as quais se adere espontaneamente, e que procuram elaborar e difundir suas visões de mundo de forma a torná-las hegemônicas. Para mais, ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.



um espaço vazio, e, portanto vulnerável, que deveria ser ocupado de forma a garantir a defesa da soberania nacional. Um discurso que ganhava contornos mais fortes tendo como pano de fundo o cenário da Guerra Fria. Contudo, Rabello nos adverte sobre que tipo de ocupação projetou-se para a Amazônia, uma vez que a região já era habitada pela população que outrora estruturou-se com base na economia gomífera. Segundo Rabello, a ocupação do “vazio demográfico”:

[...] deveria ser homogeneizada no interior de um projeto nacional, que estabelecesse lugares e hierarquias. O povoamento anterior (a “barbárie”), deveria tornar-se povo (“civilizado”), moldado à imagem dessa “vontade nacional”, da qual a ESG se faz portadora e propagadora. (RABELLO, 2004:80)

A vontade nacional da qual a ESG se fazia portadora e propagadora era na verdade a ideia de que o desenvolvimento deveria ser entendido como sinônimo de crescimento econômico industrial, traduzindo-se como progresso, e que o povoamento anterior, a “barbárie”, não servia para tal, portanto deveria ser substituída ou tornar-se “civilizado”, uma vez que:

[...] os que lá se encontravam foram desqualificados, na medida em que não representavam o sentido da brasilidade e não reuniam condições de defender o país, no caso de uma guerra. A identidade negativa produzida se reforçou através da imagem da incapacidade criadora do homem amazônico [...] (RABELLO, 2004:81).

Esse projeto que visava a substituição da sociedade existente na Amazônia, tida como bárbara e incapaz, por uma civilizada que atendesse aos interesses do centro econômico do país cristalizou-se com a vigência do Estado autoritário a partir de 1964. O Plano de Integração Nacional (PIN), cujo lema propalado era “integrar para não entregar”, pôs em prática a política de atração de colonos para a Amazônia com a finalidade de “fundar uma nova sociedade” na região. A nova sociedade a ser fundada, na verdade, inseria-se na lógica da acumulação capitalista, uma vez que as riquezas produzidas pelo trabalho eram canalizadas para a região sul e sudeste do país, pois a partir de uma relação centro-periferia, e tendo a Amazônia como uma área de expansão agrícola, o planejamento do desenvolvimento nacional era elaborado pelo centro dinâmico da economia urbano-industrial (sul e sudeste), ficando a periferia (Amazônia) com a incumbência de abastecer as massas urbanas com gêneros alimentícios e a grande indústria com matéria prima. Esses novos colonos eram oriundos, principalmente, da região centro-sul do Brasil e que, na verdade, viram-se forçados a abandonar seus locais de origem devido ao intenso processo de mecanização agrícola que estava sendo implantado naquela região, ao passo que essa mesma política de atração de



colonos disfarçava as tensões sociais que se passavam no campo e a permanência da concentração fundiária. Para tanto, em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o objetivo de promover a distribuição de terras aos colonos que desejassem se fixar na região através da implantação de projetos oficiais de colonização que incidiram principalmente no Pará e em Rondônia. Sinedei de Moura Pereira nos dá uma ideia do tamanho da transformação social em Rondônia quando mostra que a taxa de crescimento populacional entre 1970 e 1980 girava em torno de 16% a.a., uma diferença estrondosa se comparada com a média nacional que era menos que 2,5% a.a. (PEREIRA, 2007).

Os Efeitos

Claro que as consequências dessas mudanças se fizeram retumbantes, uma vez que os projetos oficiais de colonização foram:

Marcados pela instabilidade, alto grau de evasão –gerando grande mobilidade intra-regional da população – e fraco desempenho econômico, ao nível geopolítico, contudo, foram importantes para a ocupação do território e, sobretudo, ao nível social foram base crucial para formação de novas sociedades locais [...](BECKER, 2001:139).

Rabello também afirma que os efeitos da ação do Estado militar sobre a Amazônia produziram uma brutal transformação do cenário local, provocando inúmeros estudos de ordem ambiental, geográfica, geopolítica, etc. (RABELLO, 2004) e Becker acentua que a brutalidade das transformações ocorrera de tal forma que provocaram profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, e que tiveram efeitos extremamente perversos nas áreas onde foram implantadas, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos (BECKER, 2001). Portanto, com a Amazônia sendo considerada um grande “espaço vazio” e sua população sendo considerada “bárbara”, projetando-se a “imagem da incapacidade criadora do homem amazônico”, fica evidente o alijamento de parcela significativa da sociedade civil local na construção dos planos de desenvolvimento para a Amazônia.

A partir do final da década de 1980, esse modelo de desenvolvimento para a Amazônia que visava explorar os recursos naturais de forma intensiva passou a ser alvo de duras críticas por parte dos movimentos ambientais europeus e norte-americanos, devido à grande degradação ambiental, destruição das florestas tropicais, desrespeito às reservas



indígenas e graves conflitos sociais provocados pela escalada da competição pelo uso da terra (KOHLHEPP, 2002). O início dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), a partir de 1984, passaram a influenciar fortemente o debate a respeito do modelo de desenvolvimento então vigente. Presidida por GroHarlemBrundtland, ex-Ministra do Meio Ambiente da Noruega e ex-Primeira Ministra daquele país, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento tinha como objetivos analisar os problemas mais críticos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, elaborar propostas de como melhor resolve-los e apresentar essas propostas à comunidade internacional (ALLEGRETTI, 2002).

Como corolário dos trabalhos da CMMAD, foi publicado o Relatório Brundtland, também chamado de Nosso Futuro Comum, que propunha uma revisão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelos países em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo e da exploração à exaustão dos recursos naturais sem considerar a capacidade de os ecossistemas suportarem tal desenvolvimento. Em outras palavras, o relatório apontava a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo e a capacidade do planeta de sustentar tais padrões. A proposta do Relatório Brundtland então, propunha um novo modelo baseado no uso racional dos recursos naturais, substituindo o modelo industrialista promotor de uma sociedade de consumo de massa. Formulara-se então, o conceito de Desenvolvimento Sustentável⁶, em que o desenvolvimento e o uso dos recursos naturais deveriam ser aqueles os quais satisfazem as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Em linhas gerais, a fórmula áurea do novo conceito proposto dizia que o desenvolvimento deveria ser economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo.

À época da divulgação do Relatório Brundtland, a Amazônia passava pelo auge do processo de ocupação e colonização baseada nas atividades agropecuárias, a Amazônia

⁶Para Oliveira (2011), o desenvolvimento sustentável não se preocupa com as necessidades presentes e nem futuras da sociedade, pois o sistema capitalista não objetiva a satisfação dos interesses coletivos, e sim a manutenção das desigualdades sociais. Rabello (2013) também aponta para a incongruência do conceito de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que ele já nasce em crise, pois “O mundo industrial que não servia, não foi retirado de cena, como tampouco a ideia de desenvolvimento que o fazia mover” e a sustentabilidade “surgido enquanto alarme para os rumos do crescimento, ou mesmo a negação de um modo de vida consumista” foi incorporada ao desenvolvimento industrialista, criando um conceito com ideias antagônicas, impraticáveis de forma macroeconômica.



Ocidental em particular, com o Polo Noroeste que orientava o fluxo migratório para o eixo da rodovia BR-364. Como consequência:

O povoamento regional passou a ter um padrão concentrado, sobretudo ao longo das rodovias, separado por grandes extensões florestais. Numa outra escala, o adensamento das estradas na borda da floresta gerou o grande arco de desmatamento e focos de calor.(BECKER, 2001:139)

Na esteira do processo de desmatamento da floresta e devido aos conflitos rurais que ocorriam gerados pela intensa disputa pela terra, a sociedade civil local, representada pelas comunidades tradicionais de trabalhadores que dependiam da floresta para proverem seu sustento, iniciou uma reação à expropriação da terra e à brutal alteração que se processava na região. O movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes no Acre foi seu maior expoente, pois desde o final da década de 1970 os seringueiros do Acre já haviam iniciado um movimento de resistência, os “empates”⁷, ao desmatamento da floresta e a sua conversão em pastagens para latifúndios pecuaristas. O movimento dos seringueiros ganhou força a partir de 1985 com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entretanto, o CNS conseguiu destaque nacional menos por ter propiciado a organização civil dos trabalhadores extrativistas da floresta que pelas pressões internacionais de organizações ambientalistas que denunciavam o problema do desmatamento e os conflitos rurais que ocorriam na Amazônia, pois como Mary Alegretti mostra:

[...] no momento em que ocorreram os conflitos, os seringueiros eram trabalhadores destituídos de força ou peso econômico, sem inserção política, viviam isolados e distantes dos centros de decisão, e estavam fragilmente organizados. Não tinham, portanto, acesso ao processo de formulação das políticas governamentais. Embora tenham exercido um papel relevante na economia regional no passado, o início do movimento coincide com o fato de que, pela primeira vez na história do extrativismo amazônico, os preços para a borracha não estavam mais sendo protegidos pelo governo. (ALEGRETTI, 2002:20)

De toda forma, o êxito do movimento dos seringueiros encontra-se na formulação e implantação de uma nova política pública, a proposta das Reservas Extrativistas (Resex), uma espécie de solução endógena, e por isso mesmo inovadora, já que a formulação da proposta partiu da classe trabalhadora local organizada enquanto sociedade civil, que mistura conservação ambiental, reforma agrária e preservação das formas de vida tradicionais da Amazônia. Entretanto, as Resex padecem pela fragilidade quanto a sua sustentação

⁷A expressão “empate” era usada pelos seringueiros no sentido de atrapalhar ou impedir alguma ação. Neste caso específico, o ato de “empatar” consistia em sabotar o maquinário utilizado na derrubada da floresta ou até mesmo formar uma espécie de corrente humana ao redor das árvores de maneira a impedir a derrubada a todo o custo.



econômica, haja vista o extrativismo seja uma fraca base econômica para a sustentação da população (BECKER, 2001).

Já na segunda metade da década de 1990 o discurso da sustentabilidade passou a ser incorporado no planejamento estatal brasileiro, não como mudança substancial no modelo de desenvolvimento pretendido, mas tão somente como um discurso vago de inserção da “dimensão ambiental”.

A incorporação da dimensão ambiental ao desenvolvimento econômico vai muito além da recuperação ou preservação dos recursos naturais. Degradação do meio ambiente implica não apenas escassez de recursos antes tidos como inesgotáveis, mas também aumento dos gastos públicos e dos custos das empresas e, notoriamente, piora da qualidade de vida da população... nos próximos anos o país deve ser capaz de propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar, elaborar e acompanhar a implementação da Agenda 21; fortalecer as instituições estaduais e locais responsáveis pelas questões ambientais, por meio do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA; inserir a variável ambiental nas decisões das agências oficiais de desenvolvimento, por intermédio do Protocolo Verde[...] (CARDOSO, 2008:54-55, grifo nosso).

Ora, fica evidente que não era o modelo de desenvolvimento baseado no industrialismo que estava sendo questionado, apenas a “variável ambiental” deveria se adaptar ao desenvolvimento estritamente econômico, modelo dado como padrão a ser continuado. Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, contidos no Avança Brasil, explicitam o discurso vazio da dimensão ambiental a ser incorporada no planejamento estatal, uma vez que essa estratégia foi tida como abordagem adequada para a incorporação dos fatores ambientais e o correto aproveitamento das diferentes potencialidades do território (CARDOSO, 2008), entretanto:

Se retomarmos o projeto “Avança Brasil”, observaremos que ao mesmo tempo que se determinava a imperativa necessidade de controlar o avanço sobre a Amazônia e a sua devastação, o programa apontava para a também imperativa necessidade de investimentos que são acusados de causar degradação (RABELLO, 2013:227).

A Nova Sociedade e o Pacto Conservador

Já a partir de 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, surgiu uma certa esperança no sentido de se processar uma verdadeira mudança substantiva no modelo de desenvolvimento do país, uma vez que o PT havia nascido e fincado suas bases marcadamente na classe trabalhadora desde o aparecimento do Novo Sindicalismo durante o regime militar. Na verdade, a possível mudança já havia sido solapada com a divulgação da famosa Carta ao Povo Brasileiro e foi cristalizada nos primeiros meses do governo Lula, ao



manter a ordem neoliberal e a política econômica conservadora de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (SINGER, 2012). O lançamento do PAC, em Janeiro de 2007, nos mostra o continuísmo uma vez que

As ações e metas do PAC estão organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura e um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado[...] O conjunto de investimentos está organizado da seguinte forma: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); e infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos) (BRASIL, 2007:3, grifo nosso).

E como a sustentabilidade deveria ser incorporada ao planejamento estatal:

Todo o desenvolvimento, doravante, deveria ser sustentável. A abertura de uma estrada deveria ser sustentável. A construção de uma hidrelétrica deveria ser sustentável. Por mais que não ficasse claro o que se entendia por sustentabilidade, todo o desenvolvimento (vide Planos Plurianuais após Fernando Henrique Cardoso) deveria ser sustentável (RABELLO, 2012:5)

Um ano após o lançamento do PAC, foi editado o Plano Amazônia Sustentável contendo diretrizes para promoverem o desenvolvimento sustentável na região. Elaborado a partir do Encontro dos Governadores da Amazônia com o Presidente da República, o PAS teve nas audiências públicas os seus lócus para a participação da sociedade civil na construção do plano. A verdade é que as audiências públicas funcionam menos como um instrumento de participação efetiva da classe trabalhadora no planejamento estatal que seções informativas sobre os planos e objetivos já traçados, ou, como adverte Ari Ott, essa forma de participação da sociedade civil tem sido bastante criticada pela sua ineficiência e pelo seu caráter de mascaramento das relações assimétricas de poder entre os atores sociais envolvidos (OTT, 2002).

Ora, é preciso saber quais grupos sociais tiveram peso na construção do plano, quais setores da sociedade civil tiveram força o suficiente para que seus interesses, suas falas e visões de mundo se tornassem preponderantes. A Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (FAPERON) e o Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia (FEFA) despontaram como potenciais protagonistas na Amazônia Ocidental.

O FEFA e a FAPERON, organizações da sociedade civil composta, principalmente, por grandes pecuaristas, e que funcionam como aparelhos privados de hegemonia, exercem



grande influência na elaboração e execução da política agrícola e pecuária de Rondônia. O lema: “Rondônia, o Estado natural da pecuária” apregoado pelo FEFA evidencia sobremaneira a construção de uma visão de mundo hegemônica, tornando natural um discurso historicamente construído, e como essas duas organizações patronais possuem ligações com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), não é de se admirar que Rondônia tenha superado recordes sucessivos na exportação de carne bovina, figurando entre os maiores exportadores do gênero no Brasil, além da crescente ampliação da produção de soja, ao mesmo tempo em que aparece como um dos campeões de desmatamento.

A FIERO por sua vez, que congrega sindicatos patronais de diversos ramos, mas principalmente da construção civil, madeireiras e laticínios, mostrou-se eufórica com a construção do complexo hidrelétrico do Madeira, algumas das obras mais importantes do PAC, uma vez que via nessas obras uma oportunidade de ampliação para os negócios de seus membros. Também não é de causar espécie o ritmo alucinante da construção civil e a especulação imobiliária na capital de Rondônia.

Considerando que o PAS não é um plano de ação, mas tão somente um conjunto de diretrizes, um plano estratégico que deveria ser recomendado para as políticas públicas implantadas na Amazônia, a ausência de ações substanciais que rompessem com o modelo de desenvolvimento visando, sobretudo, o crescimento econômico, fez do PAC o norteador do desenvolvimento da Amazônia, uma vez que o próprio PAS estabelece que a ampliação das obras de infraestrutura na região são os pilares para impulsionar o pleno desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Exemplo são as construções de grandes UHE projetadas para a região: UHE Santo Antônio, UHE de Jirau e UHE de Belo Monte. Dessa forma, as elites regionais mostraram o apoio ao pacto conservador do planejamento do país, uma vez que não houve alteração profunda no modelo de desenvolvimento para a região.

Referências

ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ANDERSON, Perry. *O Brasil de Lula*. Novos Estudos, 2011.



BRASIL. Decreto nº 6025 de 22 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre o PAC e o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 de Janeiro de 2007.

BRASIL. Decreto não numerado de 30 de Maio de 2008. Dispõe sobre o Plano Amazônia Sustentável, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 de Maio de 2008.

BRASIL. *Plano Amazônia Sustentável: Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira*. 2008.

BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento*. 2007.

BECKER, Berta K. *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* In: Ministério da Ciência e Tecnologia. *Parcerias estratégicas*, nº12, setembro de 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança, Brasil: Proposta de Governo*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein. RJ, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

INSTITUTO FAPERON. *Instituição*. Disponível em: <http://www.institutofaperon.com.br/instituicao.php>. Acesso em 23 mar. 2015.

FEFA-RO. *Diretoria executiva*. Disponível em: <http://fefar-ro.com.br/diretoria.php>. Acesso em 23 mar. 2015.

FEFA-RO. *Uma instituição vitoriosa com sistemas de parcerias*. Disponível em: <http://fefar-ro.com.br/diretoria.php>. Acesso em 24 mar. De 2015.

FIERO. *Perfil econômico de Rondônia*. Disponível em: <http://www.fiero.org.br/publicacoes.asp>. Acesso em 26 de mar. 2015.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

KOHLEPP, Gerd. *Conflitos de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia brasileira*. Estudos Avançados 16 (45), 2002.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Geopolítica do Desenvolvimento: Um Estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*. Unicamp, Campinas, 2011.

OTT, Ari Miguel Teixeira. *Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o planafloro em Rondônia*. Centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PEREIRA, Sinedei de Moura. *Estrutura e dinâmica da economia de Rondônia*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2007.

RABELLO, A. C. B. *Inventando o outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

RABELLO, Antônio Cláudio. *A Questão Setentrional: Amazônia, Natureza e Capitalismo*. Anais do VII Simpósio Estado e Poder. Uberlândia, 2012.

RABELLO, Antônio Cláudio. *Amazônia: uma fronteira volátil*. Estudos Avançados, SP. 2013.

SANTOS, S. P. *Desenvolvimento em Rondônia: Análise do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953-1966)*. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.